



## **Mulheres, plantações de árvores e violência: construindo resistências**



<b>Nossa Opinião.</b> Mulheres e plantações: quando a violência se torna invisível.....	3
<b>Camarões:</b> ativistas urbanas e rurais contra os abusos das monoculturas industriais em relação às mulheres.....	5
<b>Indonésia:</b> exploração de mulheres e violação de seus direitos nas plantações de dendê.....	9
<b>Guatemala e Colômbia:</b> as mulheres frente às plantações de dendê.....	13
<b>Camarões:</b> moradoras locais assediadas pelos militares, guardiões das plantações de dendê da SOCAPALM.....	16
<b>Índia:</b> plantações arrancam as mulheres de suas florestas tradicionais.....	19
<b>Libéria:</b> mulheres levantando suas vozes em processos de decisão.....	23
Agronegócio e injustiça ambiental: os impactos sobre a saúde das mulheres do campo .....	26
<b>Indonésia:</b> plantações de dendê e seu traço de violência contra mulheres.....	30
Cobertas sob a sombra das empresas de palmeiras em <b>Camarões:</b> uma recontagem dos abusos sofridos pelas mulheres.....	33

### **RECOMENDADOS**

Mundial das Mulheres: Declaração do Dia Internacional da Mulher.....	36
Certificando a empresa de dendê Socapalm, apesar dos abusos evidentes.....	36
<i>Yakuchaski Warmikuna</i> (Mulheres mensageiras dos rios).....	36

Marcha à frente: mulheres, resistência e contrapoder:.....	36
O modelo energético brasileiro e a violação dos direitos das mulheres.....	37
As mulheres e o óleo de dendê: um dia na vida de uma trabalhadora.....	37

**Este Boletim tem artigos escritos por:**

Réseau des acteurs du Développement Durable (RADD) Cameroun / SawitWatch Indonesia / Carro de Combate / la Synergie Nationale des Paysans et Riverains du Cameroun (SYNAPARCAM) / CFR- Learning & Advocacy India / The Natural Resource Women Platform (NRWP) Liberia / Núcleo Tramas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC) Brazil / WALHI – Friends of the Earth Indonesia / Centre pour l’Environnement et le Développement (CED) Camerún.

## Mulheres, plantações de árvores e violência: construindo resistências

### Nossa Opinião: Mulheres e plantações: quando a violência se torna invisível



*"Dia Internacional de luta contra as monoculturas de árvores 2017".  
Precisamos da nossa terra para sobreviver. SOCFIN se apropriou da  
nossa terra para lucrar. Queremos dialogar." Mulheres em Serra  
Leoa.*

No **Dia Internacional da Mulher**, este boletim procura dar visibilidade e denunciar muitas das realidades que geralmente se escondem atrás dos chamados "impactos diferenciados" sofridos pelas mulheres que vivem dentro e em torno de monoculturas.

O WRM vem apoiando as lutas contra as plantações industriais de árvores há mais de duas décadas. Ao longo do caminho, aprendemos muito sobre um dos impactos mais violentos e, ao mesmo tempo, uma das formas mais cruéis de opressão, exploração e dominação: **o abuso e a violência sexual** contra as mulheres como resultado do estabelecimento de plantações industriais de árvores. Com este boletim, ao se celebrar o 8 de março – Dia Internacional da Mulher – **queremos contribuir para que sejam ouvidas as vozes e as histórias de milhares de mulheres que sofrem com essa violência; queremos dar visibilidade ao que tem sido sistematicamente invisibilizado. E também queremos homenagear a todas as mulheres que, apesar das adversidades, se organizam, resistem e mantêm a alegria e a esperança de que outro mundo é possível.**

#### ***Violência histórica e sistemática***

O estabelecimento do modelo de produção de monoculturas em grande escala precisou impor uma forte violência contra os sistemas de reprodução da vida, isto é, de organização coletiva, soberania alimentar, conhecimento ancestral, entre muitos outros aspectos. Assim sendo, a violência foi direcionada especificamente contra as mulheres, eixo fundamental da vida comunitária. Vale lembrar as antigas plantações das Américas e a violência contra as pessoas escravizadas que, no caso das mulheres, era extremamente brutal.

A ativista e escritora Silvia Federici denuncia que “o capitalismo começou com uma guerra contra as mulheres”. (1) Sua pesquisa mostrou como, desde o início, ele precisou destruir esses sistemas de reprodução para gerar a necessidade de trabalhos assalariados e dependência em relação aos mercados. E, claro, **para destruir os diversos sistemas de reprodução da vida, uma forma “efetiva” e persistente na expansão do “desenvolvimento” capitalista foi o ataque, o assassinato e a perseguição às mulheres.**

Violações sexuais, abusos físicos e psicológicos, assédio, perseguição, trabalho em troca de sexo, espancamentos, gravidez decorrente de estupro, presença de guardas armados dentro e em torno de suas casas e comunidades, salários mais baixos e jornadas mais longas, trabalho sem remuneração, uso contínuo e sem proteção de produtos tóxicos, condições de trabalho deploráveis, impactos sobre sua saúde reprodutiva e sexual, impossibilidade de tomar decisões sobre questões relacionadas à terra, perda de acesso à terra, privação de seus meios de subsistência e sustento, que se traduz em trabalho doméstico mais forte e intenso e por mais horas, são apenas alguns dos chamados “impactos diferenciados” que as plantações industriais lançam hoje sobre os corpos e as vidas das mulheres.

A crescente militarização do cotidiano dessas mulheres glorifica, além disso, **modelos de masculinidade violentos e agressivos** que, na maior parte, atuam com total **impunidade**. A mesma impunidade que recebem as corporações que se apropriam de terras férteis, poluem rios, destroem florestas, expropriam comunidades e contratam agentes de segurança privados para “proteger” seus investimentos.

É claro que essa violência diária **não entra em conflito com os esforços de instituições internacionais como o Banco Mundial ou a ONU**, que influenciam fortemente a política internacional e defendem a expansão da economia capitalista a todos os cantos do planeta. Por trás de suas salvaguardas, seus códigos de conduta e sua responsabilidade social, estão as políticas e os projetos que sustentam um sistema que, desde sua criação, foi e continuará sendo **estruturalmente patriarcal e racista**.

No entanto, no meio desse contexto tão violento para com as mulheres, são elas que assumem a frente da organização e da mobilização contra a tomada de suas terras e suas vidas. **Seu papel na resistência é essencial** e tem sido foco de vários boletins do WRM (2).

O boletim apresenta dois artigos vindos da **Indonésia**, que detalham os abusos sistemáticos que as mulheres (e as meninas) que vivem dentro e em torno das plantações de dendê (*oil palm*) têm que suportar. Um deles trata dos muitos abusos trabalhistas e o outro destaca a violência mais estrutural dessas plantações. Além disso, três artigos vindos de **Camarões** nos relatam a situação das mulheres que enfrentam monoculturas de dendê naquele país. Um deles aborda os impactos e abusos que acontecem em nível nacional com a expansão dessas plantações; o segundo recapitula os tipos específicos de violência que são gerados e faz um chamado à mudança; o terceiro é um artigo-testemunho sobre como uma comunidade precisa viver enquanto resiste à chegada da empresa SOCAPALM às suas terras. Outro artigo procura resumir os casos de duas comunidades, uma na **Guatemala** e outra na **Colômbia**, onde as mulheres, diante das plantações de dendê, são as que lutam com mais afinco para defender suas terras e seus meios de vida. Da **Índia**, um artigo nos alerta para a crescente expansão das plantações de árvores com o programa estatal de compensação, e como as mulheres não são

apenas vítimas, mas também um pilar de resistência naquele país. Outro artigo, da **Libéria**, destaca a importância de se ter voz nos processos de decisão e como as mulheres de lá estão se organizando para conquistar isso. Por fim, do **Brasil**, outro artigo nos narra os perigos e os impactos da exposição aos agrotóxicos, uma tarefa comum das mulheres em monoculturas industriais.

Sendo assim, este boletim é um **chamado à solidariedade direta e radical** com as mulheres que sofrem, resistem, se organizam e se mobilizam contra a violência e o abuso diários que as plantações industriais acarretam.

(1) “Calibán y La Bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria”, Silvia Federici, 2004. O livro pode ser baixado gratuitamente em: <https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Caliban%20y%20la%20bruja-TdS.pdf>

(2) Ver, por exemplo:

Boletim 211, 2015: Mulheres em luta: em defesa dos territórios e da vida, <https://wrm.org.uy/pt/boletins/nro-211/>

Boletim 200, março de 2014, A luta das mulheres: uma luta de todas e todos, <https://wrm.org.uy/pt/boletins/nro-200-mar/>

Boletim 187, fevereiro de 2013, Mulheres nas lutas de resistência, <https://wrm.org.uy/pt/boletins/nro-187/>

## **Camarões: ativistas urbanas e rurais contra os abusos das monoculturas industriais em relação às mulheres**



*“Minha terra, minha vida”. Camarões. Ph: RADD, 2017.*

No final de 2000, acelerou-se a corrida por terras agrícolas para grandes projetos de monocultura na África. Hoje, essa corrida se intensifica com as políticas emergentes que consideram essas iniciativas como importantes projetos de desenvolvimento que gerem empregos e valor agregado. Em termos gerais, elas são bem recebidas onde são implementadas pelos responsáveis por decisões, em nível nacional e local. É preciso assumir uma postura ativista para demonstrar claramente a necessidade de proteger os excluídos desse sistema.

**“Agora é a hora: ativistas rurais e urbanas transformam a vida das mulheres”** é o tema escolhido pela ONU Mulheres África este ano, por ocasião do 33º Dia Internacional da Mulher. Para nós, as ativistas, comprometidas com a melhora das condições de vida das mulheres, essa questão nos dá a oportunidade de questionar a opinião pública sobre o caso específico das mulheres rurais, vítimas da concentração de terras. Também é uma

boa oportunidade para falar sobre os abusos de que essas mulheres são vítimas, compartilhando as possibilidades de ação para intensificar as lutas contra essas discriminações e violações.

### ***Os abusos contra as mulheres que convivem com plantações***

É hora de enfrentá-los! Os grandes projetos agrícolas mantêm um sistema de empobrecimento das populações que os cercam e não promovem o desenvolvimento defendido por essas empresas e seus aliados. As mulheres, peça central do núcleo familiar, são as mais afetadas.

**Em toda a África, as mulheres que vivem dentro ou em torno das grandes plantações de monoculturas de árvores sofrem abusos semelhantes:**

- **O risco de estupro dentro ou em torno das plantações aumenta para as mulheres que vivem perto delas. Os estupradores geralmente ficam impunes.** As plantações tendem a ocupar a terra que rodeia as comunidades e, portanto, para poder chegar a pequenos lotes onde cultivam alimentos nos limites das plantações de monoculturas, as mulheres têm que atravessá-las. Esses caminhos geralmente são de propriedade das empresas de plantação e, portanto, pouco transitados, exceto por seguranças;

- Nas zonas de exploração industrial, as mulheres que vivem em torno das plantações **são revistadas, tendo sua privacidade violada. São agredidas, torturadas e arrastadas aos tribunais da justiça** por terem um fruto ou algum azeite de dendê, mesmo que provenha de seus próprios dendezeiros. **Elas são proibidas de consumir subprodutos do dendê**, mesmo estes sendo a base de sua alimentação. Os seguranças já chegaram a **irromper nas casas** para inspecionar o que as mulheres estavam cozinhando e mexer nas coisas da casa, procurando óleo de dendê. **Todo o óleo que encontram é destruído**, mesmo que as mulheres declarem que vem de seus próprios dendezeiros. Os seguranças também destroem o óleo tradicional que as mulheres vendem nos mercados locais, perto das plantações;

- Para obter um meio de subsistência, as mulheres são obrigadas a se empregar como trabalhadoras das plantações, onde estão sujeitas a jornadas que nunca lhes permitirão educar seus filhos;

- **O futuro das crianças está comprometido.** Com frequência subescolarizadas, elas também são trabalhadoras precárias e sobre-exploradas, mesmo quando são crianças e adolescentes ou estão desempregadas. Está aumentando a porcentagem de crianças que vivem ao redor das plantações que se entregam a drogas, delinquência ou álcool, e que são presas com frequência;

- Aquelas mulheres que querem resistir ao avanço das plantações sobre as terras das comunidades são ameaçadas pelo sistema estabelecido pelas empresas que exploram suas terras, e **suas vidas estão em perigo**;

- As terras onde essas mulheres sempre produziram o alimento para suas famílias são retiradas delas. Com frequência, elas são despejadas sem qualquer compensação racional ou duradoura. São obrigadas a percorrer longas distâncias, de até dezenas de quilômetros, para encontrar terras cultiváveis. Costumam arrendar essas terras a cada estação para plantar suas lavouras até o solo se esgotar. Consequentemente, suas

famílias têm carência de comida ou são forçadas a consumir alimentos de má qualidade. **Todas as comunidades adjacentes a essas plantações de monoculturas de árvores se caracterizam por fome, desnutrição e dependência alimentar;**

- As florestas e a biodiversidade, fonte dos valores tradicionais dessas mulheres, de onde elas obtinham o essencial de seus recursos econômicos e culturais, são literalmente destruídas, agravando as mudanças climáticas. Isso torna as mulheres **mais vulneráveis**, diminuindo drasticamente sua renda;

- Em toda a África, **as belas promessas** feitas às comunidades pelas empresas que tomaram suas terras, como a instalação de infraestrutura social (abastecimento de água, construção e equipamentos de escolas e hospitais), **jamais são cumpridas;**

- As comunidades **não têm água potável**, pois os lençóis freáticos são contaminados pelos produtos químicos usados nas plantações;

- Nas comunidades que vivem próximas às plantações, a água do esgoto é drenada pelas fábricas, o que coloca permanentemente **em risco a saúde** de mulheres e seus descendentes;

- Para essas mulheres, todas as desgraças que lhes acontecem têm origem no estabelecimento da empresa que explora suas terras.

### ***É hora de as ativistas e os ativistas agirem!***

Defendemos ações urgentes no curto e no médio prazos. É hora de expressar, mais do que nunca, a lendária solidariedade feminina. Somente com a união de forças, energias, recursos e estratégias será possível avançar no combate aos abusos contra as mulheres que vivem em torno a monoculturas de árvores. Essa transmissão de solidariedade deve ser expressa em alianças formais e informais que comecem nas comunidades e se intensifiquem no país e nas sub-regiões, para chegar ao nível do continente africano e do mundo.

Chegou a hora de ouvir as vozes e as lutas dessas milhões de mulheres que vivem em torno das plantações e se **erguer radicalmente em solidariedade** a elas, para ajudá-las a transformar suas vidas. **Se não fizermos nada, corremos o risco de ser cúmplices do sistema imperialista**, que promete desenvolvimento excludente, cria novas gerações de populações vulneráveis, amplia a discriminação contra as mulheres e gera migração irregular. O que leva jovens a atitudes muito ousadas, sob risco de perder a vida, é a decepção com o lugar onde moram.

### ***A ação é agora!***

Quase três meses atrás, a associação camaronesa Rede de Atores do Desenvolvimento sustentável (RADD, na sigla em francês) e seus aliados lançaram um abaixo-assinado africano para parar essas coerções contra as mulheres. Convidamos você a se juntar, assinando e coletando assinaturas, aqui: <https://wrm.org.uy/pt/acoes-e-campanhas/abaixo-assinado-parem-todas-as-formas-de-abuso-contra-mulheres-em-torno-das-grandes-plantacoes-de-monoculturas-de-arvores/>

Foi depois de visitar comunidades afetadas em Camarões, Gabão e Serra Leoa que sentimos a necessidade de transmitir as queixas dessas mulheres aos responsáveis pelas decisões. Neste abaixo-assinado, **as mulheres que sofrem a grande maioria desses impactos exigem que suas terras lhes sejam devolvidas**. Elas querem se envolver nas esferas que decidem a gestão de suas terras. Ao assinar este abaixo-assinado, você ajudará a forçar aqueles que estão na estratégica posição de tomar decisões a rever suas políticas e repensar as formas em que as terras são cedidas nos países africanos.

### ***Intensificar as lutas em defesa dos direitos dessas mulheres***

De agora em diante, considerando a precariedade de sua situação, as mulheres afetadas pedem acompanhamento em:

- assistência e assessoria jurídica para mulheres afetadas, dirigentes e ativistas que sofrem ameaças e são arrastadas aos tribunais porque resistiram a esses múltiplos abusos. Essa demanda se torna muito importante porque é inútil fazer uma denúncia à polícia e, muitas vezes, expõe as mulheres a mais violência;
- fortalecer o conhecimento sobre a defesa dos direitos das mulheres afetadas. Muitas vezes, principalmente em áreas rurais remotas, as mulheres ficam abandonadas e sem acesso à informação que é vital para que se organizem para exigir que seus direitos sejam respeitados;
- segurança para as ativistas cujas vidas são frequentemente ameaçadas;
- criação e desenvolvimento de alternativas econômicas. Essas mulheres precisam desenvolver atividades geradoras de renda para aspirar à autonomia;
- acesso à infraestrutura social (água potável, energia, educação, saúde...);
- respeito e aplicação de acordos assinados. Uma vez instaladas, as empresas que exploram as terras deixam de respeitar os compromissos sociais assumidos com as populações vizinhas às plantações;
- revisão dos processos de cessão de terras que não levam em conta a opinião das comunidades vizinhas, as quais são excluídas das esferas de decisão, o que as discrimina e prejudica.

Esses são alguns eixos de ação possíveis, entre muitos outros, nos quais é necessária uma participação urgente para melhorar as condições de vida dessas mulheres rurais.

**Junte-se às e aos ativistas do mundo inteiro para parar a discriminação e os abusos contra essas mulheres!**

*Marie Crescence NGOBO*

*Secretária Executiva, Rede de Atores do Desenvolvimento Sustentável (RADD),  
Camarões*

## Indonésia: exploração de mulheres e violação de seus direitos nas plantações de dendê



Ph.: Sawit Watch.

As plantações de dendê (*oil palm*) na Indonésia são impulsionadas pelo grande capital, pela disponibilidade de terras, pela mão de obra barata e pela demanda internacional pelo seu óleo. Desde 2000, a área das plantações dessas palmeiras vem aumentando para atender à demanda do mercado internacional de óleo de dendê (palma). A Indonésia anunciou planos para aumentar a produção do óleo bruto a 40 milhões de toneladas por ano até 2020. (1) A Agência de Gestão do Fundo de Plantações da Indonésia, um órgão estatal que representa a indústria de plantações, lançou a Visão da Indonésia para 2045 com uma meta: aumentar a produção de óleo bruto para 60 milhões de toneladas por ano. (2)

Atualmente, o país tem 16,1 milhões de hectares de plantações de palma de dendê e planeja expandir a área ocupada para aproximadamente 20 milhões de hectares, espalhados por Sumatra, Kalimantan, Sulawesi, Maluku e Papua. Essa **expansão maciça se baseia principalmente em dois fatores centrais: trabalho mal remunerado e facilidade de obtenção de terras.**

Segundo o ministro da agricultura, o óleo de dendê é um dos maiores fatores de aquisição de divisas para a Indonésia, com um valor de exportação de 250 trilhões de rupias indonésias por ano. (3) O óleo é uma *commodity* para o país, como fica claro a partir do valor dos produtos derivados dele, que contribuíram com 75% para as exportações dos setores não petrolíferos. Além disso, a presença de plantações de dendezeiros em uma escala tão grande absorve uma grande quantidade de trabalhadores em números totais. (4) No entanto, em comparação com o trabalho oferecido pela pequena agricultura – tanto em termos de números quanto de qualidade do trabalho –, a contribuição da indústria de óleo de dendê para o mercado de trabalho é impressionantemente menor.

Há duas coisas importantes a destacar em relação à presença de plantações de dendê. Em primeiro lugar, a marginalização dos pequenos agricultores, principalmente das mulheres. **As plantações de dendezeiros transformaram as comunidades camponesas em comunidades sem terra e as obrigaram a vender sua mão de obra às plantações.** A tomada de terras por empresas de dendê e a presença de plantações de palma de dendê estão obviamente afetando muito a capacidade das mulheres de produzir alimentos e acessar a terra. A expansão das plantações em terras anteriormente

disponíveis para a agricultura camponesa está **transformando as mulheres produtoras de alimentos em compradoras de alimentos e em mão de obra barata para as empresas de plantações**. Com seu modo de vida de produtoras de alimentos, seus meios de subsistência e suas práticas tradicionais de agricultura camponesa interrompidos ou erradicados pelas plantações de dendê, as mulheres são deixadas sem outra opção a não ser buscar trabalho nas plantações. As que são contratadas têm que se adaptar à rotina estabelecida, ao padrão de trabalho e aos mecanismos de trabalho na plantação.

*“Desde a chegada da empresa, nós fomos obrigadas a vender nossas terras a ela. A empresa nos aceitou como trabalhadoras temporárias, com a condição de vendermos nossa terra a ela. A maioria das trabalhadoras aqui vendeu suas terras para a empresa. Agora nós somos trabalhadoras ocasionais”,* disse Ad, uma mulher que trabalha em sistema ocasional na plantação de dendê da subsidiária do Grupo Sipef, na província de Sumatra do Sul.

Em segundo lugar, para muitas mulheres, as condições de trabalho nas plantações são muito precárias. As relações de trabalho para as mulheres nas plantações são caracterizadas por arranjos informais. Elas muitas vezes têm contratos de trabalho com prazos muito curtos, que as deixam sem segurança no emprego no longo prazo. A relação de trabalho não é clara, enquanto prevalecem acordos sem registro e remuneração por metas. A ONG Indonésia Sawit Watch Association estimou que o número de pessoas trabalhando em plantações de dendê na Indonésia em 2016 passou de 10 milhões. Dessas, 70% estavam empregadas como trabalhadores temporários – a maioria, mulheres. (5) As mulheres trabalham em 15 dos 16 tipos de emprego das plantações de dendê, que vão do desmatamento à colheita.

### ***Esposas de trabalhadores: forçadas a trabalhar sem salários***

As trabalhadoras das plantações de dendê não são levadas em conta, mesmo que sua presença influencie fortemente o processo de produção. **Elas não são consideradas trabalhadoras da empresa, de modo que nem obtêm os direitos que merecem.**

De modo geral, as empresas de plantações estabelecem metas muito altas para os trabalhadores que colhem cachos de frutas, de forma que eles só podem atingi-las com a ajuda de familiares – muitas vezes, suas esposas. Esses familiares não têm relação de trabalho formal com a empresa. **As mulheres que ajudam seus maridos são forçadas a trabalhar sem receber, já que é muito difícil para seus maridos atingir as metas de colheita muito elevadas que lhes são impostas. Se as metas não forem atingidas, são aplicadas penalidades de redução de salários.** Portanto, a “melhor” opção é que os membros da família, geralmente as esposas dos trabalhadores, trabalhem com eles. Elas costumam coletar os frutos caídos, limpar obstáculos, suavizar a nervura central e levar cachos de frutos frescos para o abrigo. **Elas trabalham sem equipamentos adequados de segurança e saúde.**

Algumas empresas de plantações chegam a estabelecer políticas que exigem que familiares dos colhedores forneçam esse tipo de trabalho gratuito. Se chegar sozinho, o colhedor será considerado ausente ou o capataz irá trazer um ajudante cujo salário deve ser pago pelo próprio trabalhador.

Na Company LS, em Sumatra do Norte, os trabalhadores da colheita que não trazem suas esposas para o local de trabalho são considerados ausentes. De acordo com um deles que trabalha nessa empresa, “*todo o empregado que vem ao trabalho será informado que deve trazer um ajudante. Se alguém não traz ajudante, vai para casa*”. A empresa SLM, em Kalimantan Central, estabeleceu uma meta de trabalho de 180 cachos por dia para os colhedores. **É impossível uma pessoa atingir essa meta diariamente durante um período de tempo.** A meta do trabalho do marido é de 100 cachos, enquanto o resto fica para a esposa. Os trabalhadores da colheita nessa plantação são obrigados a levar suas esposas ao local, caso contrário, o assistente ou o capataz da plantação trará alguém que ajude o trabalhador da colheita, cujo salário deverá ser pago pelo próprio colhedor.

**Considerando-se que um trabalhador da colheita cobre dois a três hectares das plantações da empresa, é possível imaginar quantas mulheres trabalham nas plantações de dendê da Indonésia sem receber.** Quando não estão trabalhando para ajudar os maridos, elas atuam como trabalhadoras ocasionais, sem contratos de trabalho oficiais. **Os salários dos trabalhadores temporários são muito inferiores aos dos empregados permanentes e, muitas vezes, não incluem benefícios sociais ou de saúde.** Esse modelo de relações de trabalho coloca um problema no contexto da proteção dos trabalhadores, em termos não só de salários, mas também de segurança no emprego, saúde e outros direitos básicos.

### ***Trabalhadoras ocasionais permanentes***

Um aspecto útil para descrever a informalização das relações de trabalho nas plantações de dendê na Indonésia é do o trabalhador temporário. Existem três tipos de trabalho desse tipo em plantações de dendê: em primeiro lugar, trabalho permanente com contrato anual, no qual o sistema e a carga de trabalho dos trabalhadores temporários são iguais aos dos trabalhadores permanentes, mas o número de dias úteis por mês é limitado a menos de 20. Segundo, trabalho semipermanente, com contrato para trabalho específico por uma remuneração estabelecida. Nessa forma de emprego, a certeza do emprego depende da presença ou da ausência de “trabalho”, com horas de trabalho, remuneração e metas sendo determinadas pelas empresas de plantação. Terceiro, a terceirização oficial e não oficial. A maioria dos trabalhadores nessa condição é mulher.

Há uma quantidade enorme de trabalhadores temporários em plantações de dendê, sem segurança no emprego. Em geral, eles fazem os trabalhos de fertilização e pulverização química, que são realizados principalmente pelas mulheres. **As trabalhadoras temporárias recebem salários mais baixos, trabalham sem segurança e proteção à saúde adequadas, devem levar suas próprias ferramentas de trabalho e não têm licença por menstruação. Elas permanecem como trabalhadoras temporárias por anos,** porque não há possibilidade de mudar de emprego nem de retornar ao seu local de origem, principalmente porque as condições de trabalho não permitem economizar o suficiente para isso.

### ***Lidando com produtos tóxicos***

Para além da informalização das relações de trabalho, **a segurança e a proteção à saúde no trabalho das mulheres trabalhadoras é mínima.** Nas plantações de dendê, elas sempre têm tarefas mais perigosas do que os homens, já que são empregadas para trabalhar com produtos químicos, como fertilizantes, e pulverizar pesticidas. As empresas

não fornecem equipamentos de proteção nem dão treinamento de segurança, e as mulheres realizam essas atividades sem acesso a exames médicos regulares.

*“Eu trabalho aqui há 12 anos, o meu trabalho é variado, às vezes [me dizem] para fertilizar, cortar as palmeiras; agora estou detectando fungos. [Na] época do cultivo, a minha meta de trabalho é de três hectares. Eu geralmente uso 25 sacos [de fertilizante] por dia. Eu passei para a seção de detecção de fungos porque o meu pulmão estava perfurado por veneno. Eu não sei por que, talvez pelo veneno do fertilizante. Na verdade, quando eu trabalhava com ele, eu recebia máscara, roupas, luvas, mas continuava sendo exposta a fertilizantes todos os dias. A empresa nunca verifica nossa saúde”, disse Nur (38), trabalhadora de uma plantação de dendê em Kalimantan Central.*

A pulverização de produtos químicos é feita manualmente. O trabalhador carrega um dispositivo de pulverização de 20 quilos e é responsável por pulverizar uma determinada área. O trabalhador médio deve usar o conteúdo de seis a dez desses aparelhos pulverizadores por dia. As empresas não fornecem equipamento de proteção pessoal suficiente.

**Gramoxone, Glifosato, Rodamina e Roundup são alguns dos produtos químicos usados no processo de pulverização.** As empresas não fornecem informações sobre os impactos e perigos potenciais dos produtos químicos utilizados, nem treinamento sobre como reduzir o risco de exposição ao pulverizá-los ou reduzir danos à saúde. Como resultado, as mulheres que trabalham como pulverizadoras são vulneráveis a acidentes de trabalho. Elas costumam ter doenças ocupacionais, como problemas respiratórios, ardência nas mãos, tontura, olhos embaçados e até mesmo cegueira. (6)

O governo indonésio precisa organizar o sistema de trabalho de forma que as trabalhadoras e os trabalhadores sejam vistos como sujeitos vivos. O governo, como regulador da indústria, precisa desenvolver princípios e avaliações de trabalho apropriados para garantir que a indústria do dendê cumpra os direitos trabalhistas, principalmente para as mulheres. **As empresas de plantação de dendê têm que entender as implicações aos direitos humanos que elas impõem aos trabalhadores e trabalhadoras** e devem obedecer as leis trabalhistas nacionais e internacionais. Além disso, consumidores e países importadores também devem rejeitar o óleo produzido em condições de trabalho exploratórias.

Zidane, Sawit Watch, <http://sawitwatch.or.id/>

(1) <http://www.kemenperin.go.id/artikel/1480/Indonesia-Fokus-Produksi-CPO-40-Juta-Ton>

(2) <http://www.mediaindonesia.com/news/read/57550/produksi-cpo-nasional-sasar-target-60-juta-ton-per-tahun/2016-07-22>

(3) <http://www.tribunnews.com/bisnis/2016/11/24/ekspor-kelapa-sawit-sumbang-devisa-rp-250-trilun>

(4) <http://industri.bisnis.com/read/20141015/99/265233/kadin-indonesia-industri-sawit-serap-21-juta-tenaga-kerja>

(5) Sawit Watch, 2016

(6) Em 2015, a Perkumpulan Sawit Watch realizou pesquisas sobre as condições de trabalho das mulheres trabalhadoras em duas plantações de dendê em Kalimantan Central. A Sawit Watch encontrou duas trabalhadoras com uma doença respiratória e outras três expostas a fluidos de Gramoxone e Glifosato, que causou olhos embaçados em duas delas, enquanto outra ficou cega.

## Guatemala e Colômbia: as mulheres frente às plantações de dendê



Mulheres em Mariálabaja, Colômbia. Ph.: Jheisson A. López.

A monocultura do dendê (*oil palm*) devasta não só a biodiversidade das florestas tropicais, mas também os povos que viviam de suas economias tradicionais até a chegada do agronegócio. Em muitos casos, são as mulheres que defendem seus territórios com maior afinco.

### **Guatemala: trabalho explorador em troca de sexo**

Apenas 15 anos atrás, a região de Petén, no norte da Guatemala, era pura floresta. Então veio o Grupo HAME, cujo dono é o proprietário de terras Hugo Alberto Molina, e o Petén se tornou a ponta de lança da expansão da monocultura do dendê no país maia. A empresa ficou tristemente famosa quando, em 2015, soube-se que era diretamente responsável pelo ecocídio no rio La Pasión, no município de Sayaxché. Cerca de 150 quilômetros do rio foram contaminados pelo malation, um pesticida usado para eliminar moscas do fruto do dendê, causando uma enorme mortalidade de peixes. Apesar das irregularidades comprovadas, a empresa continua operando sem qualquer monitoramento.

Na comunidade de San Juan de Acul, **a maioria das pessoas usa aquela água para tomar banho, cozinhar e até beber, embora saiba que está contaminada**. Elas não precisam de estudos: o corpo lhes diz isso com vômitos, febre, coceiras e doenças no estômago e na pele. Mas não há outra fonte de água, e **o Estado lhes negou até mesmo os tanques que pediram para coletar a água da chuva**. Essas chuvas são cada vez mais escassas, também por causa das mudanças climáticas que o modelo de monocultura acelera.

Além do problema da água, o desastre ecológico do rio terminou com a principal fonte de alimento da comunidade: a pesca. *“Antes, em dois dias, pescávamos mais de vinte quilos de peixe; hoje, com sorte, pegamos dez ou quinze, às vezes, nem isso”*, diz uma pescadora, que sentencia: **“Sem água, não vivemos: sem água não há nada”**.

A única alternativa à fome é a mesma coisa que a provocou: o dendê. Sem suas terras e sem a possibilidade de pescar, os moradores de San Juan de Acul **são obrigados a aceitar condições nas plantações que relembram os tempos da escravidão**. Segundo uma camponesa de lá: *“As pessoas trabalham muitas horas por pouco dinheiro, sem horário fixo, e têm que comprar o equipamento. Mas não existe alternativa. Se houvesse outra fonte de renda, eles não se aproveitariam da necessidade, mas nós temos que comer”*. São jornadas intensas, de nove ou dez horas por dia, para salários de cerca de oito dólares, abaixo do salário mínimo rural.

**A pior parte fica para as mulheres.** Elas trabalham nas plantações, mas executam as tarefas mais mal remuneradas. Muitas vezes, **os encarregados das plantações as chantageiam, oferecendo-lhes trabalho em troca de sexo**, e se elas não aceitam dormir com eles, eles não as empregam. Assim relatam, na primeira pessoa, mulheres de várias comunidades de Petén, bem como da Costa Sul, onde a cana de açúcar é a monocultura que protagoniza a expropriação das comunidades indígenas e camponesas. Além disso, muitas vezes, esses mesmos encarregados as tratam com mais desprezo do que a seus companheiros. **“Eles nos insultam e nos ameaçam constantemente”**, resume uma trabalhadora.

### ***E depois do dendê?***

*“As florestas que restam são muito poucas, e não são suficientes para purificar o ar. Na última chuva forte, a água caiu negra, e eu tive que jogar fora meio balde”*, diz uma camponesa de Sayaxché. E a chuva escasseia. E terra morre: **“Eles estão matando a terra. Essa raiz faz uma trama que não deixa que nada saia dela”**. Por isso, as pessoas têm medo do que vai acontecer quando as plantações de dendê se forem: **“Depois de 25 anos de dendê, essas terras não servirão para nada”**.

A verdade é que um estudo realizado no Vale de Polochic pela pesquisadora Sara Mingorria, do ICTA (Universidade Autônoma de Barcelona), (1) mostra que, devido à grande quantidade de nutrientes que demanda, **a monocultura do dendê elimina a camada orgânica do solo e causa infertilidade**. São necessários 25 anos para que a área em que o dendê foi plantado volte a ser fértil, porque *“o solo está tão enfraquecido que, por mais que se fertilize, os componentes são perdidos e desaparecem”*, diz Mingorria. A pesquisadora acrescenta que essas plantações costumam ser chamadas de “desertos verdes” porque **“esse tipo de árvore não permite que se forme vegetação ao redor”**.

Quando o dendê terminar o seu ciclo de vida, as empresas buscarão outro território onde possam tornar rentáveis os seus investimentos, deixando pelo caminho terras desertificadas, rios poluídos e povoados sem nada – tudo pela rentabilidade de uma *commodity* cujos preços estão em alta nos mercados financeiros. (2) Isso se a resistência obstinada das comunidades indígenas e camponesas, e acima de tudo, das suas mulheres, não impedir. **“As mulheres resistem mais a vender a terra e são as principais defensoras do território: onde as mulheres são protagonistas das resistências ao dendê, esses movimentos de resistência têm mais êxito”**, resume um membro de uma organização comunitária que prefere permanecer no anonimato, como a maioria das pessoas entrevistadas para esta reportagem. Isso porque, em países como Guatemala e Colômbia, as defensoras de seus territórios e formas de vida correm o risco de pagar com as próprias vidas.

## **Colômbia: o peso da água sobre as cabeças das mulheres**

Nas zonas rurais de Maríalabaja, a apenas 60 km da cidade turística de Cartagena das Índias, na Colômbia, as comunidades afrodescendentes, indígenas e camponesas guardam na memória a história do terror paramilitar que, entre 1998 e 2002, desalojou um terço dos 50 mil habitantes do município. Nos Montes de María, os paramilitares perpetraram massacres como o de El Salado, onde, em fevereiro de 2000, pelo menos 60 pessoas foram mortas. Aterrorizados, os moradores fugiram em massa, deixando para trás suas terras e casas; **quando voltaram, todo aquele território onde até então haviam coexistido a monocultura de arroz e a agricultura camponesa tradicional havia sido plantado com dendê**. E então começou a luta pela sobrevivência das comunidades afrodescendentes em Maríalabaja.

*“Esta terra era de abundância. Todos os dias, caminhões cheios de inhame, mandioca, feijão e frutas saíam para Cartagena, inclusive para Medellín. Agora não resta mais nada, porque a terra foi plantada com palma de dendê, e aparecem pragas, e porque o clima mudou e não chove quando tem que chover”, lamenta Catalina (nome fictício). Para ela, como para muitos de sua comunidade, o dendê trouxe o desastre para Maríalabaja: acabou com a abundância de comida e, acima de tudo, poluiu a água da represa – a única a que eles têm acesso no povoado: **“A água está contaminada com os agrotóxicos que são colocados no dendê. É por isso que todas as mulheres têm infecções vaginais, há muitas doenças de pele, principalmente em crianças, e também doenças renais”**. Basta tomar banho para sentir a coceira. E a tarefa de conseguir água, cada vez mais difícil, recai literalmente sobre as cabeças das mulheres, que têm que carregar pesados baldes de água que recolhem nas partes da represa onde a água é menos turva.*

Com trinta e poucos anos e dois filhos, Catalina se tornou uma das referências mais conceituadas dessa comunidade de camponeses afrodescendentes. Sua casa é um ponto de encontro onde os vizinhos vêm pedir ajuda para preencher formulários com solicitações de auxílios ou indenizações, porque este povoado foi reconhecido pelo Estado colombiano como vítima do conflito interno que sangrou o país por 60 anos. No entanto, *“aquí não nos chega nada, só migalhas, ações com prejuízo”*. Com prejuízo, ela explica, porque **os auxílios só chegam a alguns e dividem a comunidade** ou porque certos programas introduzem casas de cimento e tijolos em povoados onde, até então, predominavam as construções com materiais autóctones (barro e árvores), que não são apenas mais ecológicas, mas também mais frescas.

**Catalina rejeita essa ideia de progresso que desvaloriza seus modos ancestrais de vida:** *“Nós tínhamos bem-estar, no sentido de que vivíamos bem. Não tínhamos tecnologia, mas vivíamos tranquilos”*. Ela defende a dignidade de trabalhar a terra para produzir alimentos tradicionais da região e não exportar dendê. E se pergunta: **“O que aconteceria se os camponeses deixassem de produzir alimentos?”**

*\* A maioria dos nomes de trabalhadores e ativistas foi modificada para proteger suas identidades.*

Nazaré Castro, [nazaretcastro \[at\] gmail.com](mailto:nazaretcastro[at]gmail.com)

Coletivo **Carro de Combate**, que pesquisou profundamente os impactos do dendê em países como Colômbia, Indonésia, Camarões, Guatemala e Equador. A pesquisa foi

financiada por meio de crowdfunding e com a colaboração da organização Entrepueblos:  
<http://carrodecombate.com/>

(1) Las plantaciones de palma aceitera provocan la infertilidad de los suelos tropicales, 2017, Institut de Ciència i Tecnologia Ambientals de la Universitat Autònoma de Barcelona (ICTA-UAB),  
<http://www.uab.cat/web/sala-de-prensa/detalle-noticia/las-plantaciones-de-palma-aceitera-provocan-la-infertilidad-de-los-suelos-tropicales-1345667994339.html?noticiaid=1345727879056>

(2) Aceite de palma: una industria modelada por los mercados financieros, 2017, Carro de Combate,  
<https://www.carrodecombate.com/2017/03/01/aceite-de-palma-una-industria-modelada-por-los-mercados-financieros/>

## Camarões: moradoras locais assediadas pelos militares, guardiões das plantações de dendê da SOCAPALM



*“Respeito aos compromissos” / “Respeito ao espaço vital” / “Para colher alimentos”.  
 Camarões. Ph: Synaparcam, 2017.*

A SOCAPALM, empresa que faz parte do grupo multinacional de alimentos SOCFIN (1), contrata seguranças desde que estabeleceu suas plantações de dendê (*oil palm*) na região de Dibombari, no sudoeste de Camarões, para evitar que os habitantes locais levem frutos. No início, quem estava encarregado de patrulhar as plantações eram empresas de segurança, mas, cada vez com mais frequência, **os moradores vivenciam a chegada de militares cujas intervenções são semelhantes às observadas em zonas de guerra.**

Como testemunho disso, uma mulher vizinha das plantações descreve a forma com que as mulheres vivem essa situação, sob o olhar cúmplice dos chefes de aldeia e diante de militares que acreditam que tudo é permitido.

### ***As moradoras se tornam prisioneiras em suas aldeias***

*“Quando você quer fechar sua casa, encontra homens armados. É para procurar o quê?”*

*“Você encontra homens armados em todos os lugares.”*

*“Batem nas pessoas em todos os lugares, surras, esse tipo de coisa.”*

Esse é o dia a dia da aldeia de Mbonjo 1, descrito e denunciado pelas mulheres vizinhas das plantações de dendê da SOCAPALM na região de Dibombari, litoral de Camarões. Essa realidade levou um grupo de 20 mulheres a sair em 29 de janeiro de 2018 para expressar ao chefe da aldeia que estavam cansadas da presença de guardas armados e militares em sua aldeia, bem como nas plantações que a cercam.

*“Não só a SOCAPALM tomou nossas terras, mas também sofremos com a onipresença de militares armados.”*

A partir de 8 de dezembro de 2017, os militares tomaram posição na aldeia. Nós, mulheres de Mbonjo 1, não nos opomos à presença de militares para cuidar dos campos da SOCAPALM, mas não os queremos atrás das nossas casas, dentro das nossas cozinhas. **As forças da ordem batem em mulheres e jovens, fazem ameaças por causa dos frutos de dendê e, como se não bastasse, passam o tempo atrás das cozinhas das mulheres.** Em Mbonjo 1 já não há privacidade por causa dos militares que, em vez de cuidar dos frutos nas plantações da SOCAPALM, passam seu tempo na aldeia, exercendo sua influência sobre mulheres e jovens. Além disso, esses militares não apresentam nenhum documento que os autorize a revistar casas, quebrar portas ou bater nos moradores. Sua presença começa a criar tensões dentro da aldeia, porque os militares abusam de seu poder.

*“Quando estamos dormindo, à noite, os militares estão em nossas casas. Tem dendezeiros nas nossas casas? Os dendezeiros estão na floresta, e não dentro das casas. É por isso que fomos lá, mas o chefe nos expulsou. Ele não nos recebeu bem. Os militares estão em todos os lugares, em todos os lugares. O que nós, de Mbonjo 1, fizemos? Você tenta fechar sua casa e os militares estão lá, armados. O que eles querem?”*

No momento, as mulheres de Mbonjo 1 só têm perguntas sem resposta diante da presença dos militares. Elas estão desamparadas, sem soluções nem informações sobre o que acontece com elas.

**As intervenções desses militares geralmente ocorrem sem qualquer autorização formal que lhes permita se infiltrar em nosso ambiente vital e sem qualquer justificativa.** Nós ainda queremos e aspiramos a um ambiente e condições de vida menos estressantes. Para nós, mulheres, a desgraça é ter nascido em Mbonjo 1, embora não tenhamos escolhido e nem contribuído para isso. Isso nos chega como uma maldição. Mas acreditamos que podemos mudar essa situação e estamos determinadas a fazê-lo. Foi o que nos levou a ver o chefe da aldeia.

### ***Militares que acreditam que tudo é permitido***

Basicamente, a grande maioria das mulheres tem medo dos militares. Sabemos que será difícil vencermos nossa luta diante desses homens fardados. Eles também sabem que, **se cometerem qualquer ato de violência contra nós e nossos filhos e filhas, ou contra nossos maridos, nada lhes acontecerá.** Eles nem sequer se preocuparão. Eles serão transferidos o mais rápido possível e continuarão em seus negócios porque **têm o apoio total da empresa.**

As mulheres reconhecem o poder da empresa porque, até agora, **as decisões judiciais a favor de mulheres abusadas não chegaram a ser executadas.** O exemplo mais

conhecido é o de uma mulher que perdeu seu bebê após um aborto porque os guardas da SOCAPALM tinham batido nela. Isso aconteceu há seis anos. O tribunal Mbanga decidiu em favor da mulher, mas a SOCAPALM recorreu da decisão e o processo continua em um tribunal de Douala, a capital econômica de Camarões. A próxima audiência acontecerá em 23 de março de 2018.

### ***As cabeças passivas das pessoas***

*“Nós não viemos para a guerra, nós viemos para a paz, e no final há uma guerra entre o chefe e nós, as mulheres de Mbonjo 1.”*

*“Queremos a ajuda do nosso pai e é por isso que viemos vê-lo; queremos paz. Mas ele nos expulsou.”*

Esse comportamento surpreende as moradoras locais. Elas tentaram obter respostas para suas perguntas com o chefe da aldeia. Mas, infelizmente, ele não as recebeu. Sendo assim, como e com quem conseguirão entender o que acontece com elas? É mais uma decepção que essas mulheres enfrentam.

Esperávamos que o chefe ouvisse as mulheres e as defendesse. Embora tenha a missão de proteger suas populações, ele, pelo contrário, não nos recebe sequer para nos ouvir. Como é possível que um chefe veja 20 mulheres na frente de sua porta e não tente entender os motivos dessa presença?

**Cada vez mais chefes de aldeias estão se beneficiando da generosidade da SOCAPALM. Por sua vez, esses chefes chegam a agir em prejuízo de suas populações.** Sua atitude faz crer que os chefes estão com os outros. Eles estão em cumplicidade com a empresa e deixam seu povo morrer. Além disso, esse egocentrismo cria uma lacuna maior entre as populações locais e a empresa, porque quem deve agir como intermediário não recebe nem transmite as queixas de suas populações para que se encontrem soluções válidas para ambas as partes e se alcance a Paz e o Desenvolvimento sustentável.

Essa ação expressa o quão profundo é o mal-estar que a SOCAPALM gera e mantém nas populações locais. **As mulheres se tornaram prisioneiras em sua aldeia, onde vivem constantemente assustadas.**

Arrancaram as nossas terras, que agora exploram. Que a SOCAPALM nos deixe em paz em nossas casas! Estamos cansadas de sofrer esses abusos de parte das forças da ordem, nós e nossas famílias. Nós nos sentimos abandonadas à nossa própria sorte. Lutamos o melhor que podemos para tornar o nosso entorno habitável. **Chamamos a mobilizar a solidariedade para além das fronteiras do nosso povo. É um grito de alarme que lançamos para salvaguardar nosso direito à vida, nossa liberdade. Embora nos vejamos forçadas a passar fome e condenadas à pobreza, não aceitamos mais que nos tirem nossa liberdade. É tudo o que nos resta.**

*Marie Noël ETONDE*

*Presidente das mulheres de SYNAPARCAM*

\*\* Leia mais sobre os impactos da Socapalm na aldeia de Mbonjo: “A apropriação de terras na aldeia de Mbonjo, em Camarões, desaloja a população e não respeita os cemitérios ancestrais”, artigo de Jaff

Bamenjo, coordenador da RELUFA, *Joining Hands Cameroun* (em inglês):

<https://www.presbyterianmission.org/together-justice/2017/12/06/palm-plantation-invades-ancestral-lands/>

(1) Em 1968, o Governo de Camarões criou a Socapalm, empresa nacional de óleo de dendê que foi privatizada em 2000 e vendida ao Grupo Socfin, uma multinacional agroalimentar de propriedade da família belga Fabri (50,2% das ações) e controlada Grupo francês Bolloré (39%). Para saber mais sobre os impactos das plantações da Socfin na África, veja: <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/as-plantacoes-da-socfin-na-afrika-no-minimo-irresponsaveis-mas-sobretudo-violentas-e-destrutivas/>

## Índia: plantações arrancam as mulheres de suas florestas tradicionais



Nos últimos 30 anos, uma mulher do povo tribal Gond chamada Uma Bai Netam tem cultivado milhete com seu marido em cinco acres (cerca de dois hectares) de terras florestais no estado indiano de Chhattisgarh. Anos de cultivo e residência não fizeram dela legalmente a proprietária desses cinco acres até a promulgação da Lei de “Tribos Oficializadas e Outros Moradores Tradicionais das Florestas” (Lei de Reconhecimento de Direitos Florestais), 2006 (FRA, na sigla em inglês). Pela primeira vez, essa lei procurou corrigir a “injustiça histórica” contra as comunidades que moram nas florestas, reconhecendo seus direitos consuetudinários de possuir, acessar, usar e manejar essas florestas. **A lei reconhece as mulheres como titulares de direitos iguais sobre os recursos, reconhecendo-as como coproprietárias de porções individuais de terra e membros iguais do órgão central de decisão das *Gram Sabhas* (assembleias de aldeia).**

Porém, se Uma Bai pensou que isso significa que ela poderia finalmente viver e trabalhar em sua terra com dignidade, ela estava enganada. Junto ao marido, seu direito ao Recurso Florestal Individual (IFR) sobre 2,5 acres (cerca de um hectare) foi formalmente reconhecido após 2010 (1), mas os outros 2,5 acres foram logo tomados pelo Departamento Florestal estadual para plantar teca. Essas plantações de teca se espalharam sobre 63 hectares de Recursos Florestais Comunitários (CFR) na aldeia dela e em outras próximas. Para quem já luta contra o empobrecimento, perder metade da terra cultivável impede que se plante milhete na mesma extensão de antes. Para Uma

Bai, isso significa uma perda importante de 10-11.000 rúpias por ano (cerca de 160 dólares).

### ***Plantações industriais para compensar a destruição de florestas em outros lugares?***

A plantação de teca que cobre a terra de Uma Bai faz parte do programa de compensação florestal da Índia, denominado “Florestamento Compensatório” (CA), implementado como medida para “regenerar” as florestas perdidas em projetos de desenvolvimento no país. O Departamento Florestal estadual estabelece plantações em outros locais para compensar o redirecionamento (e a destruição) de florestas por projetos de desenvolvimento, como mineração, irrigação e infraestrutura. Em 2002, a Autoridade *ad hoc* de Manejo e Planejamento de Florestamento Compensatória (CAMPA), foi criada pelo Supremo Tribunal da Índia especificamente para administrar fundos de Florestamento Compensatório coletados de “agências usuárias” ou empresas, em troca de florestas redirecionadas por projetos de desenvolvimento. De acordo com os próprios registros do governo, até 2016, foi coletado um montante superior a 40.000 bilhões de rúpias (cerca de 6 bilhões de dólares) dessas “agências usuárias” (2). Em 2016, o Governo da Índia promulgou a Lei do Fundo de Florestamento Compensatório (*CAF Act*) que instituiu um mecanismo formal para desembolsar essas verbas, que hoje representam 50.000 bilhões de rúpias (cerca de 7,8 bilhões de dólares) e estão aumentando.

A Lei de Florestamento Compensatório transfere essa grande quantidade de dinheiro para a burocracia florestal da era colonial, excluindo completamente as comunidades e as *Gram Sabhas* das decisões. A centralização da governança florestal da Índia nas mãos do Departamento Florestal foi um fator fundamental para a expropriação das comunidades que vivem nas florestas. Embora a Lei de Reconhecimento de Direitos Florestais (FRA) tenha sido promulgada para romper o domínio da burocracia florestal, dando direitos e poder sobre os Recursos Florestais Comunitários às *Gram Sabhas* para governar as florestas, sua promessa de governança florestal democrática continua sem ser cumprida, e apenas 3% do potencial desses recursos comunitários foram formalmente reconhecidos em mais de dez anos. Em Chhattisgarh, onde Uma Bai mora, nenhum Recurso Florestal Comunitário foi sequer reconhecido. Além de funcionários do governo e *lobbies* de mineração, a maior resistência à implementação da Lei de Reconhecimento de Direitos Florestais vem da própria burocracia florestal.

Ao repensar o papel da burocracia florestal na governança das florestas, agora com acesso a essas grandes quantidades de dinheiro, **a Lei de Florestamento Compensatório (CAF) tem potencial para frear até mesmo as pequenas conquistas em termos de reconhecimento dos direitos de governança das comunidades que vivem nas florestas sob a a Lei de Reconhecimento de Direitos Florestais.** O departamento florestal tem assumido à força terras sob regime de Recursos Florestais Comunitário e Recursos Florestais Individuais para estabelecer plantações compensatórias de árvores. De acordo com um estudo da CFR-Learning & Advocacy (3), um grupo de direitos florestais, nos estados de Odisha, Jharkhand, Maharashtra e Chhattisgarh, ricos em florestas, **plantações de Florestamento Compensatório têm sido constantemente instaladas em terras comunitárias, terras cultiváveis e locais de importância cultural para as comunidades. Terras comunitárias têm sido cercadas com arame farpado ou até com guardas armados, para impedir o acesso das pessoas aos recursos.**

## ***Uma monocultura que viola as mulheres***

Para as mulheres, que têm relação e dependência mais próxima em relação à terra e às florestas, essa situação criou um ambiente de medo e assédio. Responsáveis por atender a suas próprias necessidades de vida e renda, além das familiares, através da coleta de produtos florestais, as mulheres agora enfrentam graves dificuldades para atender a essas necessidades diárias de nutrição, combustível, produtos florestais não madeireiros, ervas medicinais e renda.

Em várias regiões, o Departamento Florestal derrubou florestas naturais densas para substituí-las por monoculturas de plantações comerciais. O estudo da CFR-Learning & Advocacy descobriu que 60% das 2.548 plantações de florestamento compensatório realizadas em dez estados eram de monoculturas e espécies comerciais, com a teca e o eucalipto perfazendo mais de 25% das árvores plantadas. Isso causou grandes danos às comunidades locais e à diversidade natural de espécies vegetais e animais nas florestas. Por exemplo, as plantações de teca destruíram completamente os habitats dos *Kutia Kondhs*, um Grupo Tribal Particularmente Vulnerável (PVTG) que vive no estado de Odisha, leste da Índia, e fez com que sua cesta de alimentos, que tinha quase 80 diferentes tipos de pão, fosse reduzida a 25. **A privação completa de acesso e uso da floresta e o deslocamento que acabou acontecendo causaram, pela primeira vez, migração compulsória na comunidade. A mudança causada em seu tecido cultural e modo de vida é irreversível.**

Em diferentes aldeias, **as mulheres continuam desafiando os esforços contínuos de tomada de terras e o assédio que resultam dessas plantações, e elas resistem por meios legais e políticos.** Nos bolsões de Jharkhand e Odisha, as plantações se tornaram um ponto de encontro para a formação de Comitês de Direitos Florestais obrigatórios pelas *Gram Sabhas*, muitas vezes por iniciativa das mulheres. Em Chhattisgarh e Jharkhand, as comunidades se organizaram em grupos para conscientizar sobre seus direitos aos Recursos Florestais Comunitários. Elas têm protestado, impedido essas plantações e reclamado a funcionários do governo. A oposição a essas plantações forçadas e destrutivas tem sido combatida pelo Departamento Florestal com violência contra homens e mulheres, como no caso dos *Kutia Kondhs*, com ações judiciais por infrações florestais contra povos tribais e PVTGs.

**À medida que as vidas e os meios de subsistência das mulheres que vivem na floresta mudam de forma tão drástica devido às plantações de florestamento compensatório, a insegurança de posse muitas vezes impede que elas tenham voz nos processos de decisão.** Suas reivindicações por Recursos Florestais Comunitários, Recursos Florestais Individuais e Recursos Comunitários reconhecidos pela Lei de Reconhecimento de Direitos Florestais são rejeitadas pelas autoridades, mantidas pendentes ano após ano ou simplesmente negadas. O Departamento Florestal não tem se dirigido às *Gram Sabhas* para solicitar seu consentimento antes de instalar essas plantações. Às vezes, o consentimento foi obtido de forma coercitiva, por meio de violência e assédio. As comunidades que já estão perdendo florestas para projetos de desenvolvimento são atingidas uma segunda vez quando suas terras são tomadas para plantações comerciais compensatórias. Nesse cenário, **os espaços para que as mulheres afirmem seus direitos de participação nas decisões são eliminados por fatores institucionais e culturais.**

De todos os pontos de vista, as plantações de florestamento compensatório não são boas para o meio ambiente nem para as pessoas. Uma vez devastadas, as florestas não podem ser “replantadas”. As evidências de inúmeros casos em todo o mundo dão testemunho de que é apenas com a posse da terra segura para as comunidades, e principalmente as mulheres dentro delas, que as florestas podem ser conservadas e protegidas.

**Como principais usuárias das florestas, detentoras e promotoras dos conhecimentos tradicionais, as mulheres são o centro e a espinha dorsal do processo de conservação de recursos.** Na Índia, existem milhares de grupos de proteção florestal, liderados e administrados predominantemente por mulheres, que conseguiram aumentar a cobertura florestal, regenerar cursos d’água, reconstruir habitats de vida selvagem destruídos e frear a caça ilegal e o contrabando. No entanto, seu papel quase nunca é reconhecido no discurso oficial sobre proteção e restauração de florestas.

A mensagem é clara: a conservação e a regeneração das florestas não requerem monoculturas de plantações comerciais controladas pelo Departamento Florestal, e sim sua gestão pelas comunidades, e as mulheres estão no centro desse processo. **Ao garantir os direitos das mulheres às florestas, a Lei de Reconhecimento de Direitos Florestais proporciona um roteiro para situar o conhecimento, a experiência e a autoridade das mulheres em primeiro plano na governança florestal.** Isso exige intervenções ativas para superar barreiras institucionais, culturais e em nível de políticas, que marginalizam a participação das mulheres nas decisões.

*Dubey. Sanghamitra e Chitkara. Radhika  
(Com contribuições de Tushar Dash e Soma K.P)  
Membros da CFR-Learning & Advocacy*

*Sanghamitra Dubey está ligada a Vasundhara e é membro do processo nacional de aprendizagem e defesa da CFR*

*[sanghamitra \[at\] vasundharaorissa.org](mailto:sanghamitra@vasundharaorissa.org) / [sanghamitradubeyikk \[at\] gmail.com](mailto:sanghamitradubeyikk@gmail.com)*

*Radhika Chitkara é pesquisadora independente e membro do processo nacional da CFR-learning and advocacy, [rchitkara \[at\] llm17.law.harvard.edu](mailto:rchitkara@lm17.law.harvard.edu)*

(1) A Lei de Reconhecimento de Direitos Florestais (FRA) identifica, de forma ampla, três tipos de direitos aos recursos: direitos a Recursos Florestais Comunitários (CFR), que atribuem direitos de governança e propriedade sobre os limites tradicionais da floresta à *Gram Sabha* (assembleia da aldeia); Direitos a Recursos Florestais Individuais (IFR), que abrangem terras ocupadas, habitadas ou cultivadas por uma família; e direitos a recursos comunitários (CR) sobre produtos florestais menores, pastagens, propriedade intelectual etc.

Veja mais informações sobre a Lei de Direitos Florestais no artigo do boletim do WRM de agosto de 2014: <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/india-as-lutas-florestais-na-encruzilhada/>

(2) Veja mais informações sobre o Fundo de Florestamento Compensatório na Índia no artigo do boletim do WRM de agosto de 2015: <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/o-desmatamento-financia-mais-plantacoes-o-novo-projeto-de-lei-do-fundo-de-florestamento-compensatorio-na-india/>; e um alerta de ação sobre a Lei de Florestamento Compensatório de setembro de 2016 em: <https://wrm.org.uy/pt/acoes-e-campanhas/india-apoie-as-comunidades-dependentes-da-floresta-contra-a-expansao-de-plantacoes/>

(3) Community forest rights learning and advocacy ([www.cfrla.org.in](http://www.cfrla.org.in))

## Libéria: mulheres levantando suas vozes em processos de decisão



Libéria. Ph.: Natural Resource Women Platform.

As vozes e histórias de mulheres que dependem da floresta costumam ser rejeitadas, ignoradas ou silenciadas. **O papel ativo das mulheres nos processos locais de decisão costuma ser negado, principalmente quando se trata de decisões sobre questões de terra.** Elas não são levadas a sério, embora realizem a maioria das atividades relacionadas à agricultura, enquanto dependem das florestas para coletar alimentos, remédios e água para suas famílias e comunidades. Essa é uma forma muito frequente de violência contra as mulheres.

**A ausência das vozes das mulheres nos processos de decisão levou a protestos, conflitos e revoltas em torno de grandes concessões de terra, principalmente para o dendê (*oil palm*).** Elas se reúnem e começam a exigir que as concessionárias deixem as terras delas. **Negar a participação significativa das mulheres nos processos de decisão tornou mais fácil para as empresas concessionárias assumirem o controle das terras comunitárias.**

### ***Uma plataforma para levantar as vozes das mulheres em conjunto***

A Plataforma de Mulheres para os Recursos Naturais (NRWP, na sigla em inglês) foi criada em 2010 com o nome de Plataforma de Mulheres das Florestas da Libéria. **A Plataforma foi criada à medida que reconhecíamos cada vez mais a importância de ter voz:** o direito à autodeterminação, à participação, ao consentimento ou ao dissenso, a viver e participar, a interpretar e narrar. As mulheres que dependiam das florestas dos 15 condados da Libéria se uniram e construíram a Plataforma para se organizarem contra a marginalização enfrentada pelas mãos das mulheres da elite rural (que são chamadas a participar reuniões de decisão em nome das mulheres que dependem da floresta), a violência e o abuso impostos por grandes projetos de concessão de terras, bem como os incessantes desafios diante das mudanças climáticas.

Em 2012, a partir dos avanços conquistados pela Plataforma de Mulheres da Floresta da Libéria, outras mulheres sentiram a necessidade de se juntar à organização, como as que migraram de comunidades rurais para contextos urbanos em busca de meios de vida em atividades de comércio, mineração de areia, trituração de pedras ou produção de carvão,

bem como as envolvidas com *Gogbachop* (empresas de fora da cidade). Seu argumento é que elas também enfrentam os mesmos problemas e desafios das mulheres que dependem da floresta, ou seja, as que sobrevivem coletando plantas medicinais, alimentos, cogumelos, mel, temperos, madeira, óleo de dendê, pilões para macerar, etc. Após várias consultas, durante a reunião bianual da Aliança para a Democracia Rural realizada em 2012 na cidade de Kun, condado de Grand Cape Mount, Libéria, a Plataforma de Mulheres das Florestas da Libéria abriu a participação, e assumiu um nome mais incluyente: Plataforma de Mulheres para os Recursos Naturais.

Durante a formação da Plataforma, as mulheres concordaram com os objetivos e as metas que regem e orientam suas atividades: estabelecer uma conexão entre todas as mulheres que dependem dos recursos naturais, com base no respeito mútuo e na forte consideração pelas ideias umas das outras; coletar e registrar o conhecimento das mulheres – que dependem dos recursos naturais – sobre a propriedade da terra e seus direitos à floresta; apoiar as vozes dessas mulheres contra o uso incorreto dos recursos de suas comunidades, incluindo seu envolvimento nos processos de decisão por meio de suas atividades de organização e aprendizagem; controlar e cuidar dos seus recursos; promover mais oportunidades e direitos para que as mulheres participem da partilha dos benefícios dos seus recursos, bem como encontrar meios fáceis para que elas cheguem aos mercados para vender os seus produtos; proporcionar espaços nos quais elas possam compartilhar ideias e experiências em busca de justiça; lutar pela igualdade de direitos e para que as mulheres se apropriem dos recursos naturais e florestais para melhorar suas precárias condições de vida; esforçar-se por apagar a ideia de que valem menos; e destacar o papel e a importância dos recursos naturais nas histórias das comunidades na Libéria.

### **Questão de poder**

**Impedir que as mulheres tenham voz é uma forma de lhes impor decisões que determinarão fundamentalmente a sua vida, inclusive a de fazer coisas que possam ir contra a vontade, os desejos, os interesses, a saúde, as crenças e/ou a sobrevivência delas.** Se suas vozes forem ouvidas em decisões sobre o uso e o controle da terra e das florestas, as mulheres poderão se organizar melhor e realizar atividades que ajudem a reduzir alguns dos obstáculos à sobrevivência da comunidade.

Nos últimos anos, a defesa dos direitos humanos se tornou muito popular na Libéria, e os defensores estão lutando para ampliar as vozes das mulheres afetadas pela violência. A aquisição de terras em grande escala para mineração, agricultura e silvicultura solapa os direitos básicos das comunidades locais, incluindo seus direitos à vida e à terra comunal. **As demandas por participação plena e igualitária das mulheres na vida pública também deveriam garantir a não discriminação em todos os aspectos da vida política, econômica e social, bem como participação plena e igualitária nas decisões e no acesso ao poder em todos os níveis.** A incapacidade de participar de forma significativa nos processos de decisão potencializa os graves desafios que as mulheres enfrentam para encontrar meios de subsistência para suas famílias e comunidades quando grandes projetos invadem as suas terras, ao mesmo tempo em que intensifica a violência praticada quando as comunidades protestam contra essa invasão. É como viver sob ameaça constante de morte.

Por exemplo, uma defensora dos direitos humanos foi vítima de prisão. Ela foi espancada e torturada por se manifestar contra as grandes concessões que lhe tiraram suas terras e

florestas consuetudinárias, das quais ela dependera a vida toda. As decisões discutidas ignoraram as ideias dela – e de outras mulheres – sobre a importância do uso da terra e da floresta para seu sustento, e não foram levados em consideração os desafios/problemas que enfrentaria quando não existissem mais a terra e a floresta, nem meios de subsistência alternativos que pudessem resolver a privação da terra e da floresta.

A Libéria assinou instrumentos internacionais fundamentais que reconhecem e garantem igualdade de direitos às mulheres, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos e, principalmente, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW). Está claro que a regra deve ser a participação plena e igualitária das mulheres nas decisões. Muitas vezes, **a mulheres provaram ser vozes dinâmicas de mudança, galvanizando a todos para que se envolvessem na reivindicação de seus direitos, no fortalecimento de suas comunidades e na proteção de suas florestas e terras**. Negar a participação significativa das mulheres nos processos de decisão facilitou às empresas de plantação assumir o controle das terras das comunidades.

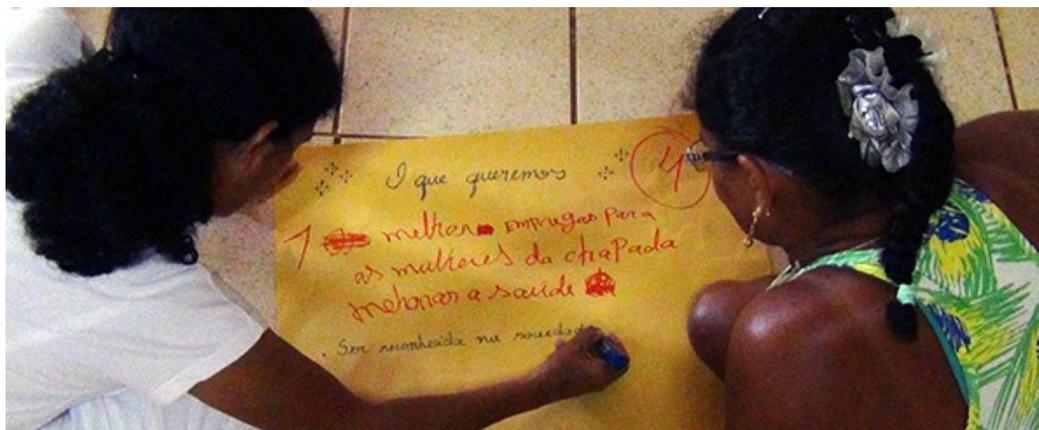
Esta é a voz de uma defensora dos direitos humanos sobre uma plantação de dendê da Golden Veroleum Liberia (GVL):

“O meu avô nasceu aqui e eu estive aqui ao longo dos anos, até agora. Durante todo esse tempo, desfrutamos da nossa terra natal, até a Golden Veroleum chegar. Quando eles apareceram, nós não os negamos. Eles nos disseram que a empresa precisava de terra para viveiros de dendê. Mais tarde, nós soubemos que eles estavam aqui para plantar em todas as nossas terras e eles disseram que a terra não era nossa, e sim do governo. Onde eles esperam que nós fiquemos, no céu? Já não mais concordamos com as suas operações. Eles nos enganaram. Que vão embora! Nós não os queremos aqui”

Impedir as mulheres de ter voz e opinião nos processos de decisão em qualquer nível de que elas desejem participar é uma forma de violência contra elas. As vozes das mulheres precisam e devem ser realmente ouvidas!

*The Natural Resource Women Platform (NRWP), [nrwomenplatform \[at\] gmail.com](mailto:nrwomenplatform@gmail.com)*

## Agronegócio e injustiça ambiental: os impactos sobre a saúde das mulheres do campo



Ph.: Núcleo Tramas (UFC)

Nas últimas décadas, os países da América Latina viveram intervenções decorrentes de políticas desenvolvimentistas pautadas pela intensa exploração da natureza e exportação de bens primários com baixo valor agregado; consequentemente setores como o agronegócio e a mineração foram fortalecidos (SVAMPA, 2012). No Brasil, isso significou o avanço das fronteiras agrícolas ocasionando **uma série de injustiças ambientais e de impactos sobre a saúde**, uma vez que o modelo de produção do agronegócio é caracterizado pela expansão das monoculturas, pela concentração de terras, pela mecanização da produção, pela proletarianização das populações do campo e pelo uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos (RIGOTTO, 2011).

Dialogando com esse cenário, o Núcleo Tramas – Trabalho, Ambiente e Saúde, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC), desenvolve, há mais de 10 anos, estudos e pesquisas relativos aos **impactos sobre o ambiente e sobre a saúde das populações que vivem em área de uso de agrotóxicos**. O foco principal de nossas pesquisas tem sido o território da Chapada do Apodi – localizado na região do Baixo Jaguaribe, no Estado do Ceará, nordeste do Brasil. Desde a década de 1980, a Chapada do Apodi vem sendo alvo de políticas de irrigação que a transformaram num dos polos de desenvolvimento agrícola do semiárido nordestino, principalmente a partir da implantação do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi.

Em 2010, o Núcleo Tramas - UFC já indicava que o avanço do agronegócio – e consequentemente dos monocultivos –, havia provocado violentos processos de desterritorialização e desencadeado tensões sobre o modo de viver e produzir das comunidades locais. Os resultados das pesquisas demonstraram **um grave quadro de contaminação ambiental e humana por agrotóxicos e apresentaram o aprofundamento de problemáticas sociais** capazes de repercutir sobre o ambiente, o trabalho e a saúde da população daquele território (RIGOTTO, 2011).

Compreendendo que **as consequências negativas dos processos de injustiça ambiental recaem de maneira desproporcional sobre as populações mais vulnerabilizadas e, consequentemente sobre as mulheres**, a partir de 2013, o Núcleo Tramas – UFC deu início ao *Estudo sobre exposição e impactos dos agrotóxicos na saúde das mulheres camponesas da região do Baixo Jaguaribe, Ceará*. Considerando as

desigualdades das relações de gênero, investigaram-se as formas pelas quais a organização, a divisão sexual e a precarização do trabalho na cadeia produtiva do agronegócio impactou a saúde das trabalhadoras, e analisaram-se as transformações territoriais decorrentes desse modelo de produção e as consequentes alterações nos determinantes sociais de saúde que afetam diretamente as mulheres.

### ***A divisão sexual e a precarização do trabalho***

Em relação ao trabalho das mulheres, observou-se que este é marcado por uma **acentuada divisão sexual que as relega a postos de trabalho muito específicos**. Verifica-se que, além das condições insalubres, o trabalho comumente destinado às mulheres exigem uma cadência e um ritmo acelerados, além de uma série de habilidades tais como destreza, atenção e paciência. Conforme nos lembram Marcondes et al (2003), **por serem as mulheres associadas à esfera do trabalho reprodutivo, essas habilidades passam a ser vistas como naturalmente femininas e, portanto, não são devidamente valorizadas, embora sejam largamente aproveitadas pelos empregadores**. Desse modo, as qualificações femininas são desvalorizadas e acabam não repercutindo em melhorias salariais; ao contrário, o que observamos é que **as mulheres são mais mal remuneradas** uma vez que os ganhos por produtividade são maiores para os homens – pelo menos o dobro –, mesmo que o aumento da produção deles dependa diretamente da aceleração do ritmo do trabalho delas.

Outra questão relacionada à divisão sexual do trabalho diz respeito à compreensão de que o trabalho realizado pelas mulheres seria mais leve; no entanto, aprofundando a análise observamos que **outros riscos estão associados às funções que elas desempenham, tais como: a repetição de movimentos, o ritmo intenso e as posturas inadequadas**. Encontramos um cenário de muitas trabalhadoras adoecidas por LER/DORT (Lesões por Esforços Repetitivos/Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho) em decorrência de posturas desfavoráveis, esforço repetitivo e impossibilidade de se movimentar livremente. Porém, verificou-se que suas queixas são tratadas pelas empresas como inespecíficas e que elas encontram grandes resistências para mudar de função ou mesmo para receber acompanhamento médico adequado (ROCHA e RIGOTTO, 2017).

Um dos fatores agravantes das condições insalubres do trabalho desempenhado pelas mulheres é **a convivência com produtos químicos desconhecidos e agrotóxicos**, característica do modelo agrícola pautado na monocultura. O Dossiê ABRASCO alerta que entre “os impactos à saúde relacionados ao processo produtivo do agronegócio, os de maior relevância para a saúde humana e ambiental são as poluições e/ou contaminações e as intoxicações agudas e crônicas relacionadas à aplicação de agrotóxicos” (CARNEIRO *et al*, 2015, p.109). Observamos que o uso intensivo e abusivo de agrotóxicos aliados a pouca informação e comunicação ineficiente contida nos rótulos dos produtos dificulta a percepção dos riscos pelos trabalhadores, pelas trabalhadoras e pela população em geral. Não por acaso, verificamos que as participantes da pesquisa não sabiam identificar a quais produtos químicos eram expostas, no entanto, todas reclamaram de sentir o odor dos produtos e relataram que, dependendo da atividade na qual eram alocadas, podiam sentir os efeitos da exposição aos agrotóxicos no corpo e apresentavam sintomas como irritações na garganta, nos olhos e no sistema respiratório. A pesquisa identificou ainda uma série de violações de direitos cometida pelas empresas, tais como: **jornadas de trabalho extenuantes e que excedem a legislação em vigor; não pagamento de horas extras, além da obrigatoriedade de realização das**

**mesmas; ambientes de trabalho insalubres que expõem as mulheres a riscos de acidentes; práticas de assédio moral; negligência aos direitos específicos das trabalhadoras gestantes ou em período de amamentação (ROCHA e RIGOTTO, 2017).**

Embora as mulheres indiquem que o agronegócio possibilitou a inserção delas no mundo do trabalho produtivo, observamos que essa inserção ocorre de forma precarizada e subordinada, reproduzindo e acentuando as desigualdades de gênero existentes na sociedade. **A dupla jornada de trabalho é intensificada, pois as mulheres continuam sendo responsáveis pelo trabalho reprodutivo e precisam conciliar com as longas jornadas de trabalho impostas pelas empresas.** O aumento da participação delas na esfera produtiva não reduz a sua participação na esfera reprodutiva, ao contrário, as mudanças ocasionadas pelo redimensionamento do tempo promovem uma articulação perversa entre trabalho produtivo e reprodutivo que aprofunda a desigualdade entre homens e mulheres.

Refletir sobre o processo saúde-doença das mulheres que vivem num território impactado pelo agronegócio exige compreender não só a participação delas no mundo do trabalho produtivo, mas também perceber como a esfera produtiva se articula com a reprodução social da vida. Desse modo, a pesquisa revelou que **as transformações territoriais impostas pelo agronegócio impactam não apenas aquelas que estão empregadas nas empresas agrícolas, uma vez que todas as mulheres que vivem naquele território passam a ser expostas a processos de vulnerabilização.**

Entre as transformações territoriais observadas na Chapada do Apodi, apontadas pelas mulheres como potencialmente danosas a sua saúde física e mental, foram indicadas: a perda do acesso a terra; a concentração da água nas mãos das grandes empresas gerando escassez hídrica; a contaminação da água e do solo por agrotóxicos; o aprofundamento do contexto de insegurança alimentar; **o intenso fluxo migratório de trabalhadores do sexo masculino, ocasionado pela sazonalidade do trabalho nas empresas, provocando o aumento dos casos de gravidez precoce e exploração sexual;** o aumento do tráfico de drogas, possivelmente impulsionado pelo crescimento desordenado dos municípios; e o **aumento da violência** (SILVA, RIGOTTO e ROCHA, 2015). Essas transformações impactam os determinantes sociais de saúde e recaem de forma mais acentuada sobre as mulheres uma vez que, numa sociedade patriarcal, marcada pelas desigualdades de gênero, ainda são elas as maiores responsáveis pelo trabalho de reprodução social, portanto pelos cuidados com a saúde não apenas delas, mas também do núcleo familiar e comunitário.

Não por acaso, são elas também que exercem o protagonismo no que diz respeito à vigilância dos riscos e agravos à saúde que são decorrentes do modelo agroexportador. Observaram, por exemplo, o **nascimento de crianças com malformações congênitas e casos de puberdade precoce em meninas**, os quais foram estudados por Aguiar (2017), através de anamnese clínica, avaliação da exposição ambiental e ocupacional do núcleo familiar aos agrotóxicos, análise de ingredientes ativos de agrotóxicos no sangue e na urina, bem como na água consumida em seus domicílios. Nos oito casos estudados, a pesquisa permitiu afirmar a relação entre os agravos e os agrotóxicos, referendando a percepção das mulheres da comunidade que haviam formulado esta hipótese.

Assim, observamos que **as mulheres tecem pontes e nexos entre as situações de injustiça ambiental e a contaminação por agrotóxicos com o aumento dos**

**processos de vulnerabilização e impactos sobre a saúde**, tais como: o crescimento dos casos de câncer, o surgimento de casos de malformação congênita e de puberdade precoce, a incidência de casos de LER/DORT, entre outros problemas de saúde que passaram a crescer exponencialmente naquele território, desde a chegada das empresas agrícolas. Assim, no contexto comunitário, elas têm sido as maiores responsáveis pelo diálogo estabelecido com a universidade trazendo demandas de pesquisas e apontando caminhos que nos ajudam a compreender e a analisar a complexa trama que se desenvolve a partir das injustiças ambientais desencadeadas pelo agronegócio naquele território.

*Mayara Melo, professora do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e pesquisadora do Núcleo Tramas (UFC).*

*Raquel Rigotto, coordenadora do Núcleo Tramas (UFC) e membro do GT Saúde e Ambiente da ABRASCO.*

#### Referências

- Aguiar, ACP. Exposição aos agrotóxicos e efeitos crônicos sobre a saúde humana: uma “herança maldita” do agronegócio para a Chapada do Apodi (CE). Dissertação [Mestrado em Saúde Coletiva] Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017.
- Carneiro, Fernando Ferreira (Org.) **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde / Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. - Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l241.pdf>
- Marcondes, W.B.; Rotenberg, L.; Portelall, L.F.; Moreno, C.R.C. O peso do trabalho "leve" feminino à saúde. São Paulo: *Perspectiva*. vol.17 no.2 São Paulo Abr./Jun. 2003, [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392003000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000200010)
- Rigotto, R. M. et al. **Agrotóxicos, trabalho e saúde** – vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola do Baixo Jaguaribe, Ceará. 1ª Ed. Fortaleza: Editora UFC e Co-edição Expressão Popular, 2011, <http://www.tramas.ufc.br/?p=518>
- Rocha, M. M.; Rigotto, R.M. Produção de vulnerabilidades em saúde: o trabalho das mulheres em empresas agrícolas da Chapada do Apodi, Ceará. *Saúde em Debate*, v. 41, p. 63-79, 2017, <https://scielosp.org/pdf/sdeb/2017.v41nspe2/63-79/pt>
- Silva, M. L. V.; Rigotto, R.M.; Rocha, M.M. Agora é uma riqueza medonha e todo mundo é doente: repercussões da modernização agrícola sobre a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE. *Retratos de Assentamentos*, v. 18, p. 67-89, 2015, <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/181>
- Svampa, M. *Pensar el desarrollo desde América Latina*. Buenos Aires, 2012, <http://www.maristellavampa.net/archivos/ensayo56.pdf>

## Indonésia: plantações de dendê e seu traço de violência contra mulheres



Ph.: Sawit Watch

Em nome do crescimento econômico, o governo da Indonésia promove agressivamente o óleo de dendê (*oil palm*) como *commodity* para competir nos mercados globais. Essa promoção, no entanto, encobre o fato de que as plantações de dendê estão causando não apenas desmatamento e degradação ambiental, mas também violações de leis e direitos humanos, bem como desigualdade nos regimes de posse da terra. Tudo isso leva a abusos, discriminação, pobreza, apropriação e concentração de terras, perda de sistemas sociais e culturais, conflitos sociais e muito mais.

### ***Por que as plantações de dendê afetam especialmente as mulheres?***

As mulheres enfrentam muitas injustiças associadas ao seu papel de gênero, sua posição e suas relações com as outras pessoas dentro da família, da comunidade, do Estado e da sociedade em geral. Essas injustiças se intensificam com o agressivo mercado neoliberal e os fluxos de capital baseados em produção suja, ganância e ausência de uma sustentabilidade verdadeiramente socioambiental. Nesse contexto, as plantações industriais de dendê na Indonésia estão causando conflitos no nível das comunidades, ignorando as experiências das mulheres e seu papel essencial na reprodução social. O resultado é que as mulheres estão expostas às condições mais baixas, pobres, marginalizadas e negligenciadas.

A questão da **violência e do abuso contra as mulheres dificilmente é discutida dentro da indústria do óleo de dendê ou por outros atores relevantes**. Na verdade, a realidade da violência e do abuso contra as mulheres nas plantações de dendê é amplamente omitida na história que empresas e governos contam sobre essas plantações industriais. Na maioria dos eventos que abordam as indústrias extrativistas, como as de dendê, celulose ou madeira, as histórias das mulheres estão ausentes. Muitas vezes, as políticas governamentais estão voltadas à expansão da produção e da demanda, ao aumento dos benefícios empresariais, entre outros. Essas políticas não têm interesse em divulgar os impactos dessa indústria. Pelo contrário, a expansão dessas monoculturas apenas piora a situação das mulheres e das comunidades em geral, com a poluição dos rios e das fontes de água sendo apenas um dos muitos impactos. As mulheres

trabalhadoras estão plenamente cientes disso, mas não têm outra opção econômica para manter sua família viva.

As pesquisas realizadas pela Comissão Nacional de Violência contra a Mulher, juntamente com organizações da sociedade civil da Indonésia, como WALHI, RMI, Bina Desa, Dayakologi Institute e Debt Watch, encontraram várias camadas de violência que são vivenciadas pelas mulheres no setor de recursos naturais. (1) Usando uma análise política ecológica feminista, a pesquisa destaca como **a violência contra as mulheres é uma realidade nos lugares onde foram instaladas plantações industriais de dendê na Indonésia.**

### ***Abusando estruturalmente das mulheres***

Quando as grandes plantações de dendê chegam, as mulheres perdem o acesso e o controle sobre a terra, o que acaba por forçá-las a se tornarem trabalhadoras nas plantações. Em muitos casos, as mulheres que trabalham nessas plantações têm pouca ou nenhuma proteção da lei. Sua tarefa principal é pulverizar fertilizantes e pesticidas, o que prejudica a sua saúde (veja o outro artigo da Indonésia neste Boletim).

Em um estudo sobre plantações de dendezeiros em Kalimantan Ocidental, muitas mulheres disseram não ter ideia de que suas terras ou as de suas famílias estavam agora nas mãos da empresa. A falta de informação das mulheres também é reforçada pela situação geral na Indonésia, na qual os homens geralmente são donos da terra.

Como consequência, **a empresa considera importante envolver somente os homens nas chamadas reuniões de socialização.** Além das muitas estratégias de intimidação usadas pelas empresas, as atrativas promessas de benefícios para famílias que se inscreverem nos esquemas conhecidos como “plasma” (regimes de fomento a pequenos agricultores que são muito comuns na Indonésia e causaram o endividamento de muitas famílias), tornando-se funcionários de empresas em suas próprias terras, fizeram com que muitas delas acabassem por perder suas terras. Não é realizado nenhum processo de Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC, na sigla em inglês) com as comunidades, principalmente com as mulheres, que sofrem impactos excessivos e específicos quando as plantações de dendê, gananciosas por terra e água, entram em suas aldeias. Em muitos lugares, o fardo de buscar água recai sobre as mulheres; portanto, quando há uma crise hídrica devido a seca ou poluição, a carga de trabalho das mulheres se torna maior.

Para as mulheres que vivem dentro e em torno das áreas de plantação, ser uma “*brondol*” é uma forma de sobrevivência para atender às necessidades básicas de suas famílias. As “*brondol*” são mulheres que coletam frutos de dendê deixados no chão. Da manhã à noite, percorrem um longo caminho a pé para chegar às plantações de dendê, com alto risco de serem pegas pelos guardas das empresas. **Apesar de tomarem grandes quantidades de terra, água, florestas e outros recursos comunitários, as empresas consideram a busca de frutos de dendê deixados no chão como roubo.**

Também há muitas mulheres que trabalham nas plantações de dendê. As empresas as consideram mais precisas, cuidadosas e diligentes, e, por isso, empregam muitas delas na plantação de sementes e na aplicação de fertilizantes. Aplicar fertilizantes é uma atividade especialmente tóxica e muito prejudicial à saúde das mulheres. Os trabalhadores homens são obrigados a trazer parentes para ajudá-los a atingir as metas da empresa. Uma coisa é certa: esposas e filhos não são remunerados. **As práticas de**

## trabalho dessas grandes plantações de dendê são apontadas amplamente como escravidão moderna. (2)

A alta criminalização daqueles que se opõem às plantações levou a muitas prisões de ativistas, e inclusive a assassinatos. Mulheres que perderam seus maridos, pais ou filhos são obrigadas a ganhar dinheiro para manter a família enquanto cuidam das tarefas domésticas. Esse duplo fardo é extremamente difícil para elas, que começam seu trabalho antes do nascer do sol e o terminam muito depois do sol se por.

Mas as mulheres sofrem outros tipos de violência cometidos por forças de segurança, policiais e militares, que posteriormente reforçam os papéis de gênero, as posições e as relações que lhes são associadas.

### **Visando sua “condição de mulher”**

Quando as mulheres lutam para manter seu espaço de vida e rejeitar a presença das plantações de dendê, elas sofrem mais criminalização e violência.

É importante observar que há uma alta vulnerabilidade para as mulheres que estão na luta por seus direitos. Uma das violações é a que usa a sua “condição de mulher” para silenciar sua luta. Nesse caso, a “condição de mulher” é definida como **a relação das construções sociais, culturais e religiosas com as funções e os papéis das mulheres, que ainda são, em sua maioria, muito influenciados pela cultura patriarcal.**

Os conflitos ocorrem não só por causa das diferenças nas percepções entre as comunidades locais e os atores da indústria do dendê, tanto empresariais quanto governamentais, mas também porque o conhecimento e a experiência das mulheres na gestão de seus recursos de vida, principalmente como cuidadoras e gestoras de sistemas de produção familiar e produção social, têm sido ignorados. Portanto, pode-se dizer que negligenciar quem tem conhecimento e experiência herdados como parte da ordem social significa negligenciar sua existência. E isso é definitivamente uma violação dos direitos básicos.

*Khalisah Khalid, chefe do Departamento de Campanhas e Redes*  
WALHI – Amigos da Terra, Indonésia

(1) *Meretas Jejak Kekerasan terhadap perempuan dalam pengelolaan sumber daya alam, sebuah tawaran dialog* (Komnas Perempuan 2008)

[https://issuu.com/walhi/docs/temuan\\_awal-sebuah\\_tawaran\\_dialog](https://issuu.com/walhi/docs/temuan_awal-sebuah_tawaran_dialog)

(2) Veja SawitWatch (em Bahasa): <http://sawitwatch.or.id/2016/02/catatan-singkat-akhir-tahun-perburuhan-sawit-watch-2015/> ;

Artigo do Boletim 197 do WRM, dezembro 2013, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/a-escravidao-moderna-em-plantacoes-de-dende-os-casos-importantes-da-malasia-e-da-indonesia/>

*Accenture for Humanity United: Exploitative Labor Practices in the Global Palm Oil Industry,*

[http://humanityunited.org/pdfs/Modern\\_Slavery\\_in\\_the\\_Palm\\_Oil\\_Industry.pdf](http://humanityunited.org/pdfs/Modern_Slavery_in_the_Palm_Oil_Industry.pdf) ;

*Schuster Institute for Investigative Journalism: Forced Labor and Child Labor on Palm Oil Plantations,*  
<http://www.schusterinstituteinvestigations.org/#!slavery-palm-oil-plantations-indonesia/cqcc>

## Cobertas sob a sombra das empresas de palmeiras em Camarões: uma recontagem dos abusos sofridos pelas mulheres



Ph: Miriam Gahtigah/IPS

As crises alimentar e financeira de 2008 certamente levaram muitos investidores a direcionar sua atenção à África, um dos focos das grandes transações de terras. Os investidores estão cada vez mais solicitando grandes áreas de terras cultiváveis, que, em sua maioria, são usadas pelas comunidades. Os Investimentos Estrangeiros Diretos também dizem respeito à aquisição de ativos agrícolas. (1) Muitas vezes, essas demandas por terra são feitas com o objetivo de estabelecer vastas monoculturas agrícolas. A presença dessas empresas nos países em desenvolvimento em geral, e em Camarões em particular, não deixa de gerar complicações para as comunidades.

Em Camarões, podemos mencionar como exemplo empresas como PAMOL (Camarões), HEVECAM (Cingapura), SGSOC (Estados Unidos), SOSUCAM (França) e SOCAPALM (Luxemburgo). Consideradas as principais usuárias da terra, as mulheres costumam ser as mais afetadas. Elas se opõem a destruição de seus meios de subsistência em benefício da lucratividade dessas empresas, o que lhes gera insegurança alimentar. Também se opõem a instabilidade do trabalho oferecido pelas empresas, bem como a falta de liberdade para circular em suas áreas de cultivo anteriores, por medo de represálias.

O objetivo deste artigo é explorar a situação das mulheres dentro e em torno das plantações industriais em Camarões. Trata-se de **mostrar os danos e os abusos sofridos pelas mulheres em relação à terra e à sociedade**.

### ***Conflitos de terra: violação do direito de uso, violência e intimidação***

A expansão das plantações industriais, como o dendê (*oil palm*) em Camarões, requer grandes áreas de terra, o que resulta na redução de espaços anteriormente usados pelas comunidades locais, principalmente as mulheres.

*“A demanda por terras para biocombustíveis ameaça deslocar produtos como mandioca, amendoim, sorgo e milho, em benefício do combustível. Os produtos não comestíveis (...) também disputam diretamente o uso da terra fértil com os produtos agrícolas (...) representam uma ameaça às comunidades pobres e geram aumento dos preços dos alimentos...”* (2) A principal pessoa afetada por essa situação é a mulher rural que usa a terra e seus produtos como fonte de renda e subsistência para o lar. **A escassez de**

**terras é uma das principais causas da difícil situação das mulheres dentro e em torno das plantações industriais. Além disso, as plantações estão cada vez mais cercando e envolvendo as comunidades.** Essa situação gera um problema real na gestão das relações entre essas empresas e as populações vizinhas, que denunciam os maus tratos e casos comprovados de violência.

Há alguns anos, **as mulheres que vivem em torno das plantações agroindustriais em Camarões sofrem violência física e psicológica**, principalmente ao ir em busca de seus meios de subsistência, que se tornaram escassos por causa da presença dessas indústrias. Suas hortas, que ficavam próximas às casas que habitam, agora estão a distâncias consideráveis. Para a OMS, a violência pode ser definida como *“o uso deliberado da força física ou do poder, seja como ameaça ou de forma efetiva, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que cause ou tenha muitas probabilidades de causar lesões, morte, danos psicológicos, distúrbios do desenvolvimento ou privações”*.

**Houve casos de agressões e estupros que levaram à morte dessas mulheres.** Elas, por sua vez, não faziam nada além de buscar a sobrevivência de suas famílias, coletando alguns frutos de dendê nas plantações da empresa. **Acusadas de roubo, elas sofrem agressões, quase sempre de guardas contratados pelas empresas.** Além de sofrer agressões verbais constantes, elas também devem tolerar ameaças e agressões físicas.

Na verdade, já houve muitos casos registrados de violência nas plantações **da SOCAPALM**, perpetrados por guardas contratados. (3) Embora seja verdade que essas agressões e violações diminuíram um pouco, é importante ressaltar que isso já gerou certa psicose entre as mulheres que vivem perto das plantações. Uma delas nos explica que, antes, podia ir sozinha ao campo no início da manhã, mas que agora o melhor é não fazê-lo. Ela diz que **as mulheres vão em grupo, por medo de serem agredidas pelos guardas da plantação.** Em suma, essas mulheres rurais – a maioria sem estudo e com vergonha de sua situação – geralmente preferem manter silêncio sobre os abusos que sofreram por causa da presença dessas empresas. **Essa situação é clara, mas continuará sendo ignorada se a sociedade civil permanecer em silêncio.** Além das agressões, as trabalhadoras dessas agroindústrias sofrem outras formas de abuso.

### ***Os abusos sociais, entre a injustiça e a separação das famílias***

A combinação de certos fatores de risco – como a escassez de terras, a pressão sobre as terras, a crise alimentar e a diminuição da renda provenientes das plantações rurais – levou mulheres em busca de mais bem-estar a procurar trabalho nas agroindústrias vizinhas. Elas são forçadas a trabalhar como operárias das plantações, onde enfrentam muitas outras injustiças, e a consequência é a separação das famílias. **Seus horários impedem que elas realmente cuidem de suas filhas e de seus filhos**, uma vez que não têm horário de trabalho fixo.

A senhora X acredita que **“o trabalho nessas empresas é muito angustiante e, nos piores casos, quase se cai na escravidão. Às vezes a carga de trabalho duplica quando terminamos antes do tempo, porque a contagem é feita por tarefa, ou seja, enquanto a tarefa não for terminada, não fazem a contagem”**. Essas mulheres às vezes têm tarefas muito difíceis para suas condições físicas, mas, por medo de serem demitidas, elas se sentem obrigadas a cumpri-las, pois correm o risco de que não se faça a contagem de seu trabalho. Na opinião dela, elas **“não têm direito a falar e suas queixas não são levadas em consideração; pelo contrário, fazem com que elas percam bônus e**

*vantagens*”. Além disso, seus salários não lhes permitem prosperar nem cuidar de suas famílias.

A coação e as injustiças parecem ser o destino cotidiano das mulheres que vivem perto das plantações. **Elas não têm direito a reclamar por receio de represálias que possam levar a uma ação disciplinar.** *“Não podemos reclamar [porque] a consequência imediata é uma transferência que não leva em consideração a situação conjugal. Eu morava em Douala com a minha família e fui transferida para Kribi, então eu tive que deixar o meu marido e os meus filhos”. E acrescenta: “É muito injusto e triste”.*

Outra categoria de mulheres que trabalham nas agroindústrias é a daquelas recrutadas por intermediários. Essas mulheres não têm direito a qualquer benefício (seguro, cobertura médica, licença maternidade, etc.).

Concluindo, é claro que o comportamento dos estrangeiros que investem nas terras férteis de Camarões é um tema atual candente, que merece ser levado muito a sério, principalmente porque os direitos das mulheres costumam ser pisoteados, mesmo sabendo que, na África, a mãe da sociedade é a mulher. Assim, as que vivem perto das plantações exigem, todos os dias, que seus direitos sejam levados em conta, enquanto as que trabalham nas empresas exigem justiça e melhores condições de trabalho.

Michele ONGBASSOMBEN , [michelebatende@yahoo.fr](mailto:michelebatende@yahoo.fr)

Centre pour l'Environnement et le Développement (CED), [www.cedcameroun.org](http://www.cedcameroun.org)

(1) Segundo os números do governo, Camarões captou 348,2 bilhões de francos CFA (africanos) de investimentos diretos estrangeiros (IDE) em 2013. Apenas 4,1 bilhões corresponderam ao setor agrícola. Veja em <http://www.investiraucameroun.com/gestion-publique/2309-5666-le-cameroun-a-capte-348-milliards-de-fcfa-d-investissements-directs-etrangeurs-en-2013>

(2) MUNZARA, A.2011, Land grabbing, Undermines food security in West Africa, FECCIWA/ACCEAO

(3) <http://www.cameroonvoice.com/news/article-news-2706.htm>

## **RECOMENDADOS**

### **Mundial das Mulheres: Declaração do Dia Internacional da Mulher**

Este 8 de março de 2018, Dia Internacional da Mulher, nós, mulheres da Marcha Mundial das Mulheres, mulheres diversas, de todos os povos, raças e idades, junte-se mais uma vez para reafirmar que vamos continuar em marcha até que todas sejamos livres de toda opressão patriarcal capitalista e colonial. Continuamos com o feminismo como nosso modo de vida e com as ruas como nosso espaço para manifestar nossas demandas. Denunciamos e resistimos ao contexto político mundial, marcado pela crescente crise econômica, social, política, climática e ideológica, em suma, denunciamos o estado de guerra total onde nós, mulheres, somos as principais afetadas! Leia a declaração completa em espanhol: <https://marchamundialblog.wordpress.com/es/>

### **Certificando a empresa de dendê Socapalm, apesar dos abusos evidentes**

Foi lançada a sexta e mais recente edição de “*Trait d’Union*”, uma revista trimestral que conecta as associações de populações cercadas por plantações de palma de dendê da SOCAPALM, sindicatos de trabalhadores e plantadores de dendê. A revista traz mais de 15 artigos relevantes, destacando diferentes aspectos das lutas em torno dessas plantações de dendê em Camarões. Desta vez, queremos destacar dois artigos:

\* **Violação dos direitos das mulheres rurais que vivem em torno das agroindústrias: o fim do tabu?**, que enfatiza os muitos desafios e abusos que as mulheres sofrem devido não apenas à tomada de terras por parte da empresa e a consequente perda de meios de subsistência, mas também pela violência física e sexual empregada pelas forças de segurança da empresa de plantações.

\* **Socapalm, uma certificação ISO 14001 contestada!**, que explica detalhadamente as razões pelas quais essa certificação da empresa de dendê não deveria ter sido renovada em 2017. Usada para lavar a imagem da empresa, a renovação da certificação não levou em consideração as muitas infrações e violações que ela comete contra as populações locais e o meio ambiente. Baixe a revista (em francês) aqui:

<http://www.palmespoir.org/index.php/telechargements/category/2-trait-d-union-mag-archives>

### ***Yakuchaski Warmikuna* (Mulheres mensageiras dos rios)**

Produção audiovisual realizada em território indígena Shiwiar, na Amazônia equatoriana, expõe a realidade e a resistência dos povos diante do extrativismo dos bens comuns, em especial a luta das mulheres como gestoras da vida e defensoras da terra e das águas.

Assista o vídeo, em espanhol, aqui: <http://www.radiotemplor.org/?p=10579>

### **Marcha à frente: mulheres, resistência e contrapoder:**

O relatório *State of Power 2018* (Situação do Poder 2018) do Transnational Institute destaca três entrevistas com mulheres ativistas que demonstraram coragem, determinação e criatividade incríveis para enfrentar o poder das grandes empresas e a violência do Estado. Vindas de Honduras, África do Sul e Índia, as entrevistas atestam o papel fundamental das mulheres em suas respectivas lutas, as formas pelas quais as comunidades se recusaram a ser intimidadas pela política de terror, e a importância de os movimentos se manterem autônomos, enraizados em comunidades, e com estratégias e táticas inteligentes e holísticas. Leia mais, em inglês, aqui:

<http://longreads.tni.org/state-of-power-2018/women-resistance-counterpower/>

## O modelo energético brasileiro e a violação dos direitos das mulheres

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) alerta que as mulheres são a parte atingida de forma mais intensa e que tem seus direitos mais brutalmente violados com a construção de barragens. Um drama bastante reconhecido é o incentivo à prostituição e ao tráfico de mulheres, problemas que acontecem com conivência das empresas. No início deste ano, a polícia desarticulou uma casa de prostituição na estrada que dá acesso a um dos canteiros de obra de Belo, onde havia mulheres, inclusive adolescentes, vivendo em condição de escravidão e cárcere privado. Nos espaços de construção das hidrelétricas, as mulheres são mais uma mercadoria de entretenimento para distração dos operários. Leia o artigo em Português aqui: <http://fama2018.org/2018/02/26/o-modelo-energetico-brasileiro-e-violacao-dos-direitos-das-mulheres/>

## As mulheres e o óleo de dendê: um dia na vida de uma trabalhadora

Um vídeo do Center for International Forestry Research mostra um dia de Magdalena Pandan, de 35 anos, que trabalha nas plantações de dendê de Kalimantan Ocidental, na Indonésia. Ela se levanta todos os dias antes do amanhecer para cumprir seus deveres com o trabalho, com sua família e suas terras agrícolas. Veja o vídeo, em inglês, aqui: [https://www.youtube.com/watch?v=ilw\\_6r-PVug](https://www.youtube.com/watch?v=ilw_6r-PVug)

---

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte: **Boletim 236 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "Mulheres, plantações de árvores e violência: construindo resistências"** (<https://wrm.org.uy/pt/>)

### Assine o Boletim do WRM

<http://wrm.us9.list-manage.com/subscribe?u=f91b651f7fecdf835b57dc11d&id=a6356dc0e0>

*O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.*

### Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor em chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Jutta Kill, Carolina Motoki y Teresa Pérez

### Secretaria Internacional do WRM

Avenida General María Paz 1615 oficina 3. CP 11400, Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

[wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy) - <http://wrm.org.uy/pt>